

Ações de ensino, pesquisa e extensão e suas potencialidades à promoção de práticas para a educação das relações étnico-raciais**Teaching, research and extension projects and their potentialities for promoting practices for the education of ethnic-racial relationships**

DOI:10.34117/bjdv6n7-074

Recebimento dos originais: 03/06/2020

Aceitação para publicação: 03/07/2020

Klinger Teodoro Ciriaco*Ph.D.* em Psicologia da Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - FC/UNESP

Instituição: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas - DTPP

Endereço: Rodovia Washington Luís S/N KM 235 - Jardim Guanabara - 13565905 - São Carlos, SP - Brasil

E-mail: klinger.ciriaco@ufscar.br

Thiago Moessa Alves

Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP

Instituição: Gerência Municipal de Educação e Cultura – GEMED

Endereço: Av. Amélia Fukuda, 82 – Centro - 79950-000 - Naviraí, MS - Brasil

E-mail: t_moessa@hotmail.com

Telma Romilda Duarte Vaz

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, *Campus* Naviraí (CPNV)

Endereço: Rodovia MS 141 – KM 4 – 79950-000, Naviraí, MS – Brasil

E-mail: trdvaz@gmail.com

Ana Carolina Faustino

Doutora em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Rio Claro-SP

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, *Campus* Naviraí (CPNV)

Endereço: Rodovia MS 141 – KM 4 – 79950-000, Naviraí, MS – Brasil

E-mail: carolina.faustino@ufms.br

Lucas de Aguiar Lima

Licenciando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, *Campus* Naviraí (CPNV)

Endereço: Rodovia MS 141 – KM 4 – 79950-000, Naviraí, MS – Brasil

E-mail: aguiar_lima@hotmail.com.br

Fernando Schlindwein Santino

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" -
FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP

Instituição: Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP

Endereço: Rua Roberto Símonsens, 305 - Centro Educacional – 19060-900, Pres. Prudente, SP –
Brasil

E-mail: fernando.santino@unesp.br

Marco Antonio Costa da Silva

Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo-SP

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, *Campus* Naviraí (CPNV)

Endereço: Rodovia MS 141 – KM 4 – 79950-000, Naviraí, MS – Brasil

E-mail: jtemda@gmail.com

RESUMO

Na perspectiva de contribuir com discussões no campo da formação humana e das possibilidades de construção da qualidade social dos processos educacionais, este estudo estrutura-se nos moldes de um ensaio teórico que tem como pressuposto basilar práticas interculturais que buscam a equidade a partir de reflexões acerca das relações étnico-raciais na Educação Básica e no Ensino Superior. O objetivo deste ensaio é compartilhar ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do município de Naviraí, interior do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), com base em práticas de projetos desenvolvidos tanto pela Gerência Municipal de Educação e Cultura (GEMED) quanto na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – (UFMS). Para este fim, tomamos como ponto de partida, a título de contextualização e ilustração, a descrição das potencialidades de duas propostas de estudos por nós realizadas anteriormente, as quais visaram promover ambientes formativos e fomentar discussões teórico-metodológicas acerca das relações étnico-raciais, a saber: 1) o projeto de ensino “Ciclo de cinema: dimensões da luta pela igualdade racial”; e 2) a atividade curricular de extensão universitária “Infância, Interculturalidade e Etnomatemática na Educação Infantil: o atendimento à criança indígena”. No escopo das atividades mencionadas, o eixo catalisador que as fundamentaram, em termos de encaminhamentos, revelam caminhos promissores que acreditamos, na condição de professores-pesquisadores, somar esforços para consolidação de argumentos que fincam estacas do campo pessoal e profissional dos envolvidos diretamente aos processos de ensino e elementos reflexivos da pesquisa e extensão universitária propiciadas ao público-alvo e seus respectivos implementadores. Face a conclusão, defendemos que atividades como as aqui relatadas identificam problemas ainda abertos no cenário histórico-social-político vivenciados pela população brasileira frente às “duras lutas” para garantia do direito e acesso à educação, como Direito Humano, historicamente negado aos grupos étnico-raciais considerados a minoria.

Palavras-chave: Ensino-Pesquisa-Extensão; Formação Humana; Educação para as Relações Étnico-raciais

ABSTRACT

In order to contribute to discussions for human formation and the possibilities of building the social quality of educational processes, this study is structured along the lines of a theoretical essay that assumes intercultural practices that seek equity based on reflections on relationships ethnic-racial aspects in Education. The objective of this essay is to share teaching, research and extension actions within the municipality of Naviraí, Brazil, based on projects developed both by the Municipal Ministry of Education and Culture (GEMED) and the Federal University of Mato Grosso do Sul Foundation - (UFMS). For this, we take as a starting point the description of the potentialities of two proposals of studies carried out previously, which aimed to promote teacher training and foster

theoretical and methodological discussions about ethnic-racial relations, namely: 1) the teaching project “Cinema cycle: dimensions of the struggle for racial equality”; and 2) the university extension curricular activity “Childhood, Interculturality and Ethnomathematics in Early Childhood Education: attention to indigenous children”. In these activities, promising directions are taken that add efforts to consolidate arguments that solidify the teaching processes and reflective elements of research and university extension provided to the public and their respective implementers. In view of the conclusion, we argue that activities such as those reported here identify problems still open in the historical-social-political scenario experienced by the Brazilian population in the face of struggles to guarantee the right and access to education, such as Human Law, historically denied to ethnic-racial groups considered the minority.

Keywords: Teaching-Research-Extension; Human formation; Education for Ethnic-Racial Relations

1 INTRODUÇÃO

Para quem vive as situações de uma escola e sente a necessidade de pensar sobre elas na tentativa de explicitar a teia de relações que por ali perpassam, a busca da mediação teórica-metodológica, guiada por uma opção científica de como pensar o mundo e, nesse mundo, a presença da escola, se torna condição para uma reflexão sobre a educação. Portanto, a tentativa de se pensar e entender um pouco mais sobre que concepção de formação humana pretendemos construir vai ao encontro da necessidade de esclarecer e fundamentar teoricamente qualquer perspectiva que se venha desenvolver no trabalho científico (BERTAGNA; OLIVEIRA; MIRANDA, 2014, p. 3369).

Na contemporaneidade, o modelo educacional que temos vive um momento “histórico-social” que necessita ser refletido e analisado sob a unidade do termo, na união/junção das palavras “história” [+] “sociedade”, bem como sob a perspectiva do desmembramento destas: “a história” e “a sociedade”. A contextualização do que estamos a dizer exige isso porque em termos “*histórico-sociais*” vivenciamos, no ambiente escolar e educacional de forma mais ampla, acontecimentos nunca antes vistos como, por exemplo, professores sendo desmoralizados por usufruírem e gozarem de seus direitos frente as titulações acadêmicas que têm para exercer seu papel social de contribuir, com o debate e pensamento crítico, à formação de seus alunos; perda de autonomia da instituição escolar e da Universidade para atividades que visam identificar e analisar problemas sociais; conceitos já, em tese, fundamentados e comprovados, do ponto de vista do conhecimento científico, sendo refutados por teorias simplistas sem bases e evidências, como é o caso da “Terra Plana”; entre outros.

Ainda sobre essa questão, destacamos o corte de verbas e ataque à Ciência, especialmente as Ciências Humanas e Sociais, que tem sido marca ostensiva do governo atual. A exemplo, podemos citar o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica* (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que passa a exigir, como critério de financiamento para concessão de bolsas, em seu último Edital, somente os projetos de pesquisa que se enquadrem nas áreas de “Tecnologias Prioritárias”, estas determinadas pela Portaria Nº. 1.122 de

19 de março de 2020. As Ciências Humanas, Sociais e a pesquisa básica tornam-se coadjuvantes, aceitas apenas se atuarem como “subsidiárias” para áreas tecnológicas. O ideal defendido pelo Ministro da Educação, em consonância com o governo, é desenvolver produtos e tecnologias em detrimento da Educação, da História, da Cultura, da Arte, da Ética e da Política, evidenciando um profundo retrocesso a partir de medidas contrárias àquelas que defendem uma formação integral, voltada para o pensamento crítico, criativo, autônomo e humanizador do ser.

No que respeita a “*história*” e a “*sociedade*”, cotidianamente, somos bombardeados por notícias que ilustram reivindicações por retornos de movimentos que prejudicaram, desde o Brasil Colônia, a formação e constituição de um país que respeite o Estado Democrático de Direito, como é caso da intensificação de manifestações, desde 1º de janeiro de 2019, por “*intervenções militares*”, “*pedidos pelo Ato Institucional Nº 5 (AI-5)*”, “*fechamento do Supremo Tribunal Federal*”, em nome de pautas governamentais que seguem uma lógica neoliberal tão recorrentes em um Estado regulador, isso para minimizarmos a situação que, ao que nos parece, se aproxima das características do fascismo, ao tentar fazer prevalecer conceitos de Nação e raça sobre valores individuais para um país, como o nosso, que tem suas raízes na pluralidade cultural, que visa os lucros econômicos em detrimento da vida de milhões de brasileiros, por exemplo.

Discutir educação não se faz longe do debate político que a “*história*” do tempo presente prenuncia para uma “*sociedade*” fadada ao fracasso e eminentes práticas de exclusão de cidadãos de identidades étnicas e raciais que divergem dos interesses daqueles que detêm o poder econômico: os indígenas e os negros. Grupos que, historicamente, foram e vem sendo excluídos. Ladson-Billings (1994) destaca a importância de se reconhecer a diversidade presente nas escolas ao sublinhar a história dos diferentes grupos culturais e analisar como estes tiveram acesso às oportunidades em uma linha cronológica temporal histórica. No caso do Brasil, temos uma dívida histórica com grupos sub-representados como os indígenas e os negros, por essa razão, consideramos que é necessário endereçar por meio da educação ações afirmativas que contribuam para que tais grupos tenham condições equânimes de acesso à educação, bem como de práticas pedagógicas que resultem no desenvolvimento de uma identidade cultural positiva. Silva (2016) tem destacado ainda que, além das políticas de ações afirmativas, são necessárias políticas para a permanência dos grupos sub-representados no Ensino Superior.

É neste cenário que escrevemos, em um momento “*histórico-social*” de uma “*história*” que se quer ser reconstruída a qualquer preço em uma “*sociedade*” que se diz democrática, mas que em nome da “*Ordem e Progresso*” de um pretense *slogan* de “*Pátria Amada*”, coloca o brasão e evoca nomes de figuras icônicas do campo religioso e homenageia líderes torturadores que comandaram a ditadura militar no Brasil (1964-1985) para se fazer justiça com as próprias mãos.

Sendo assim, o presente artigo se estrutura em 4 seções, para além desta introdução, as quais buscam contribuir ao debate teórico da “Educação para as Relações Étnico-raciais” e de práticas interculturais por meio da descrição de ações de ensino, pesquisa e extensão, de suas potencialidades à promoção de indicadores que visam ao desenvolvimento local/regional de Naviraí (MS) e a inovação em termos curriculares na Educação Básica, seja pela formação humana dos alunos, seja pela dos/as professores/as. As seções mencionados transcorrem com o objetivo de: [1] destacar aspectos do referencial teórico que sustenta as atividades desenvolvidas; [2] procedimentos metodológicos e modos operacionais decorrentes da dinâmica formativa dos projetos em pauta; [3] descrição de aspectos vivenciados e que indicam, ao debate teórico que se quer fazer, caminhos/possibilidades da potencialidade de se discutir a temática étnico-racial como possibilidade de formação humana e democrática na busca por uma equidade educacional; e [4] considerações finais, espaço em que discorreremos sobre percepções, como atuantes nestes processos, para o desenvolvimento e inovações em trabalhos práticos e investigações futuras.

2 POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

O CONCEITO de relações, da esfera puramente humana, guarda em si [...] conotações de pluralidade, de transcendência, de criticidade, de consequência e de temporalidade. As relações que o homem trava no mundo com o mundo (pessoais, impessoais, corpóreas e incorpóreas) apresentam uma ordem tal de características que as distinguem totalmente dos puros contatos, típicos da outra esfera animal. Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (FREIRE, 1967, p. 39).

O marco da colonização trouxe consigo resquícios de um pensamento ortodoxo impregnado de práticas culturais pautadas em princípios religiosos e da educação moral-cívica com os indígenas no “descobrimento” do Brasil e, posteriormente, com o tráfico¹ dos negros e a instauração do processo de escravatura. Historicamente, a sociedade em que vivemos vem sendo construída sob moldes excludentes que não reconhecem a participação efetiva do indígena e do negro no desenvolvimento e avanço do conhecimento científico, como também da prática de vida cotidiana do homem². Freire chama-nos à atenção para o fato de que as relações (humanas) têm implicitamente a pluralidade, a diversidade, enfim as diferenças.

¹ Não há registros históricos precisos dos primeiros escravos negros que chegaram ao Brasil. A tese mais aceita é a de que em 1538, Jorge Lopes Bixorda, arrendatário de pau-brasil, teria traficado para a Bahia os primeiros escravos africanos.

² Adotamos o termo “homem” no sentido da espécie humana; a humanidade.

O cuidado e a educação da criança, desde o Brasil Colônia, estiveram pautados em duas vertentes que demarcaram historicamente o território das linhas de conhecimentos culturais dos quais crianças da classe elitizada participam e dos quais crianças da classe trabalhadora foram (e ainda são) excluídas, dentre as quais se encontra o negro e o indígena e, portanto, os mais vulneráveis. No caso dos povos indígenas, estes têm ainda mais vetores negativos: 1º) estranhamento/criação de uma imagem exótica/estereotipada; 2º) perda dos territórios, impactos do contato com o sistema social, tutela (retirada da autonomia) e; 3º) exclusão do projeto de nação. Dados do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) afirmam que o desenvolvimento social exclui os negros, nosso país “[...] guarda diferenças gritantes quando este indicador é medido de forma diferenciada entre as populações negra e branca” (ZANDONA, 2008, p. 01).

Em uma apreciação crítica sobre os processos multiculturais do sujeito, Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56) descreve que “[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”. Nesta perspectiva, compreendemos que ao se trabalhar com jovens público-alvo dos anos finais do Ensino Fundamental estamos condicionados a conviver com as diferenças das marcas culturais de cada sujeito, o que os faz diferentes e iguais ao mesmo tempo. “Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (SANTOS, 2003, p. 56).

Em uma retrospectiva histórica, é inegável que crianças, jovens, homens e mulheres indígenas e negros tiveram menos oportunidades quando comparados com outros grupos. Temos uma dívida de berço com a nação brasileira, prova disso são as inúmeras iniciativas de equiparação dos direitos, inclusive humanos, que estamos vivenciando nos últimos anos como, por exemplo, leis de cotas, acesso e permanência que dão direito à educação, saúde e assistência. Neste cenário, surgem políticas decorrentes de ações afirmativas que visam minimizar os danos causados ao longo dos anos a estes grupos, as quais consideramos relevantes e necessárias ao processo de libertação dos sujeitos pelo viés educacional. Contudo, ainda nos dias atuais lidamos com situações de preconceito e discriminação que acabam por potencializar a evasão escolar de crianças em idade média entre 10 e 15 anos, ou seja, estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, em sua maioria da classe popular e de etnias consideradas, no ideário social, não capazes de acompanhar a escola pela forte tendência ao fracasso escolar.

Pesquisas como as de Rosemberg (1991) e Souza (2014) alertavam para a realidade que se vive na contemporaneidade quando destacaram, há mais de uma década, que a questão da raça e etnia trazem consigo vertentes e estigmas sociais que podem comprometer o avanço da aprendizagem escolar de crianças negras e indígenas, como também a continuidade/permanência na escola.

No primeiro caso, Rosemberg (1991) no estudo “*Raça e educação inicial*” aponta que a oportunidade educacional dada ao negro, desde a mais tenra idade, é de qualidade inferior quando comparada com crianças brancas. Já Souza (2014) em sua dissertação de mestrado intitulada “*Ainda não sei ler e escrever: um estudo sobre o processo de leitura e escrita nas escolas indígenas de Dourados, MS*”, evidencia que a questão-problema do/da não acompanhamento/aprendizagem destes alunos é a forma como a Língua Portuguesa é ensinada, pois no viés escolarizante, as práticas docentes não se atentam para as especificidades da cultura indígena. Em um processo glotofágico, coloca-se como superior a língua do contexto do homem branco³ em um movimento de tentativa de aculturação⁴ do sujeito, ou seja, do não respeito à sua particularidade, o que levanta a necessidade de práticas bilíngues nas escolas para que o jovem indígena tenha o Português como segunda língua e mantenha seus laços maternos com a linguagem de sua etnia.

Reportamo-nos aos trabalhos destas autoras justamente para elucidar que é preciso um movimento de constituição do sentimento de pertença junto aos estudantes no ambiente escolar, pois estes vão se distanciando da escola à medida que crescem e as desigualdades sociais e econômicas vão aparecendo como saldo negativo da relação temporal e histórica que estes estabelecem com as poucas oportunidades que têm/tiveram durante a trajetória estudantil em que, como vimos, desde a Educação Infantil (ROSEMBERG, 1991) e anos iniciais (SOUZA, 2014) as formas de tratamento com pouca participação ativa destas culturas vão colocando-os na condição de sujeitos passivos/subalternos. Possivelmente o reflexo disso seja o processo de evasão do ambiente educacional dadas poucas oportunidades de sentirem-se parte integrante do processo.

Zandona (2008), ao escrever sobre desigualdades raciais na trajetória escolar de alunos negros, destaca que a maior parte dos alunos entre 15 e 24 anos encontram-se fora da escola. Os motivos para essa realidade são muitos e de ordem, prioritariamente, de sobrevivência na sociedade: para o trabalho e sustento no auxílio às famílias. Com isso, um elevado número de jovens deixa de concluir a escolarização básica devido à evasão precoce, o que poderia ser prevenido com ações de envolvimento do sujeito e de valorização do seu ser na escola (ZANDONA, 2008).

Neste contexto, a cultura juvenil tem muito a dizer e a auxiliar nos processos de ensino e aprendizagem desde que estejamos, na condição de professores e pesquisadores, dispostos a ouvir e contribuir, junto com os alunos, possibilidades de repensar ações pedagógicas que visem, de fato, à inclusão do negro e do indígena. É preciso abrir espaço ao debate, ao diálogo, à cosmologia dos modos de ser, viver e ver o mundo pelos olhos de quem aprende ou tenta aprender em meio a exclusão

³ Termo utilizado pelos povos indígenas para os não indígenas.

⁴ Processo de modificação cultural de indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura ou dela retira traços significativos.

socioeducacional. A autoria da aprendizagem é um conceito que podemos recorrer para promoção da participação efetiva dos alunos, pois esta visa colocar o aprendiz (aluno) em movimento de pesquisa em sala de aula a partir da busca de informações que serão tratadas, analisadas, discutidas, questionadas e reconstruídas, o que resultará, mais tarde, na autoria coletiva e/ou individual de alunos e professores (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011).

No caso específico dos escritos deste ensaio, estamos compreendendo a autoria dos estudantes como a busca por questões problematizadoras decorrentes de informações, de suas vivências, de sua leitura de mundo dos problemas que sua comunidade vivencia, inicialmente do senso comum, das relações étnico-raciais que poderão, com o envolvimento dos alunos, tornarem-se, a partir do debate coletivo fundamentado no conhecimento científico, temas geradores das ações do aprender via pesquisa (DEMO, 2009).

Assim, em uma proposta de aprendizagem autoral nos pressupostos que acreditamos, a pesquisa torna-se elemento central do processo educativo. De acordo com Demo (2008, p. 71) temos de encarar, na perspectiva da aprendizagem autoral, a “[...] pesquisa como princípio educativo, formativo [...]”, razão pela qual o jovem estudante ao se ver nesta posição, pode dar sentidos mais significativos às oportunidades de aprendizagem geradas/promovidas pelo instinto investigativo na busca dos fatos que confirmem ou desconstruam uma informação do senso comum, por exemplo.

Dessa maneira, o aprender na perspectiva da pesquisa neste movimento de autoria, pode-se na busca por informações da cultura afro-brasileira e indígena analisar, discutir, questionar e, posteriormente, reconstruir o passado, dando novos sentidos ao presente e ao futuro, ao se reconhecer o lugar e suas contribuições históricas ao conhecimento científico que atualmente temos contato nas práticas educacionais vigentes.

Para nós, nestes moldes de pensar o processo de educação em práticas de desenvolvimento de aprendizagens autorais, adotar informações e tratá-las de modo a pesquisar e dar visibilidade ao silenciamento que fora, por décadas, a base central do preconceito, representa o ponto central para o avanço da aprendizagem e a consequente permanência e interesse pela escola, pois, nesta experiência de pesquisa, os estudantes irão, além de ampliar seus conhecimentos sobre os assuntos dos temas geradores, o que pode ser um indicador de ações que partam de destaques a partir da “lente” que olham o mundo. Sem dúvida, tal ação pressupõe constituir uma prática pedagógica do professor de Educação Básica que incorpore os saberes dos sujeitos, no sentido de levantar formas de resistências vivenciadas, as quais poderão contribuir para o combate ao racismo e ao reconhecimento das identidades étnicas.

À Educação Básica, associar este tipo de prática na escola e/ou em uma rede de ensino pressupõe conhecer, com base no compartilhamento do fazer dos/as professores/as e dos/as

estudantes, como temos compreendido o que é ensinar e aprender nas mais diversas áreas do conhecimento, as quais estão presentes nas disciplinas escolares. Partir da premissa posta em apreciação possibilita, em termos de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, caráter transdisciplinar, uma vez que, o enfoque pluralista do caráter das faces de compreensão do mundo poderá alcançar a unificação do saber e o fortalecimento transversal de relações entre Universidade e a Escola. Abordar as relações étnico-raciais a partir da transdisciplinaridade implica perceber a união das mais diversas disciplinas que são componentes curriculares para que se torne possível o exercício amplo da cognição humana. Além disso, será esta uma das possibilidades para a promoção de uma igualdade racial e étnica dos sujeitos e de princípios dos Direitos Humanos que, para Candau (2012, p. 239), “[...] tem uma longa trajetória histórica e está intimamente relacionado com as lutas sociais”. Ao que destacamos: é por meio da educação que poderemos, adiante, combater a discriminação perceptível aos grupos vulneráveis.

Há grupos, como indígenas, negros, homossexuais, deficientes, pessoas oriundas de determinadas regiões geográficas do próprio país ou de outros países e de classes populares, que não têm o mesmo acesso a determinados serviços, bens, direitos fundamentais que outros grupos sociais, em geral, de classe média ou alta, brancos e pertencentes a grupos com altos níveis de escolarização. Uma política assimilacionista vai favorecer que todos se integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica. No entanto, não se mexe na matriz da sociedade, procura-se assimilar os grupos marginalizados e discriminados a valores, mentalidades, conhecimentos socialmente valorizados pela cultura hegemônica. No caso da educação, promove-se uma política de universalização da escolarização, todos chamados a participar do sistema escolar, mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural presente na sua dinâmica, tanto no que se refere aos conteúdos do currículo quanto às relações entre os diferentes atores, às estratégias utilizadas nas salas de aula, aos valores privilegiados, etc (CANDAU, 2012, p. 243).

Candau (2012), ao desenvolver uma discussão sobre a construção de um mapa conceitual da educação intercultural, descreve que o leque destas práticas, desde a primeira infância, pode ser o ponto de partida para que o ser humano torne-se de fato humano. A realidade educacional monocultural/eurocentrada silencia a diversidade e, por consequência, invisibiliza os sujeitos negros e/ou indígenas, razão pela qual parece ser uma situação natural não se atentar para essa problemática.

Existem muitos estereótipos ainda vigentes nas práticas pedagógicas das instituições que insistem em ações dissociadas da realidade contemporânea ao, por exemplo, trabalhar a temática indígena com a criança como sendo apenas uma mera data comemorativa de um calendário que impregna as ações dos/as professores/as em, simplesmente, “fantasiar” a criança da figura icônica do índio da aldeia, com uma visão totalmente deturpada da realidade do contexto indígena na sociedade atual, características estas reforçadas desde a Educação Infantil e que se perpetuam pelo ideário da aprendizagem ao longo da escolarização básica. O mesmo acontece com o reconhecimento da participação do negro na sociedade, muitas vezes, lembrado apenas no dia da consciência

negra. Cumpre salientar mais uma vez, então, a necessidade de transformação de nossa sociedade para que seja antirracista, igualitária, pacífica e humanizada. A abordagem deste assunto numa visão intercultural busca ultrapassar este modelo ao romper com a naturalização.

A naturalização é um componente que faz em grande parte invisível e especialmente complexa esta problemática, que invade e povoa nossos imaginários individuais e sociais em relação aos diferentes grupos socioculturais. Trata-se de questionar esta realidade. Também é fundamental desvelar e questionar os sentidos de igualdade e diferença que permeiam os discursos educativos (CANDAUI, 2012, p. 246).

A Interculturalidade encontra ao longo da Educação Básica um caminho a ser explorado na medida em que este campo teórico do conhecimento busca discutir e/ou fazer uma análise do ponto de vista da interação entre os sujeitos, neste caso da interação entre os jovens ao falar destas culturas a partir da mediação das práticas culturais instituídas como sendo hegemônicas e, portanto, fundamentais à aprendizagem nesta fase da vida. Tal como a Antropologia e a Sociologia, a Interculturalidade também se dedica ao estudo da cultura de povos, demarcado neste projeto como a cultura afro e indígena e de que modo elas podem auxiliar os alunos a minimizar a evasão escolar para a organização de um processo de aprendizagem autoral quando se sentem parte integrante da construção do conhecimento e, portanto, passível à aquisição dos bens acumulados ao longo da história da humanidade nas mais diversas áreas da ciência, em uma interlocução com as disciplinas lecionadas nos anos em que estudam.

Ao se analisar o contexto de vivência social e histórico de alunos entre 10 e 15 anos de idade, por exemplo, podemos inferir que as práticas escolares e as experiências das quais estes participam não se dão fora de sua cultura e do como as orientações de natureza e ordem escolar se apresentam perante as demandas cotidianas. Esse seria então o caminho para uma promoção da igualdade racial e étnica nas instituições de ensino: articular os conhecimentos escolares com as experiências dos sujeitos ao construir suas identidades, neste caso as práticas culturais afro e indígenas para que possamos avançar no sentido da comunicação intercultural, uma vez que, para o pesquisador norte-americano Milton Bennett, esta se constitui processo de evolução da Teoria da Comunicação para um contexto global. Ou seja, a comunicação intercultural defende que as pessoas precisam primeiro entender a si, aprender a dar significado às suas próprias formas de comunicação, para só então poder criar significados que façam sentido para todos os outros (BENNETT, 1998).

Em síntese, ao se implementar projetos que visam refletir sobre questões étnico-raciais, com as características que realizamos nos últimos anos e que serão apresentados a seguir, é preciso se buscar por práticas que possibilitassem fazer ecoar as vozes negras e indígenas e que estas possam viver e compreender, inicialmente, sua cultura, para que deem significado ao que se faz a partir da compreensão do seu modo de produção de vida e, posteriormente, implementar práticas de conexões

com os campos do saber, o que podemos perceber ao se levantar indicadores para ações futuras como a que propomos ao final deste artigo.

3 SÍNTESE GERAL DAS AÇÕES DE ENSINO E EXTENSÃO DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ, MATO GROSSO DO SUL (MS)

A condição de um dos autores deste ensaio de formador de professores da Rede Municipal de Ensino de Naviraí-MS (REME), possibilitou diagnosticar que o currículo real (FORQUIN, 1996) predominante nas instituições escolares é eurocentrado e que há escassez de atividades que promovam a Interculturalidade. Para além de observações empíricas, observa-se também que, na educação, deve-se:

[...] trabalhar para que as escolas [...] se tornem um espaço público em que haja igualdade de tratamento e oportunidades. Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele(a) aluno(a) identificado(a) como negro(a) (BRASIL, 2006, p. 20).

Considerando esse cenário, foi proposto e desenvolvido, no segundo semestre de 2018, o Projeto de Ensino “*Ciclo de cinema: dimensões da luta pela igualdade racial*”. A operacionalização ocorreu em um espaço cedido pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, dadas as dificuldades em termos de infraestrutura e adesão da proposta como uma política educativa nas instituições da Educação Básica. A ação teve como objetivo principal contribuir com o cumprimento da Lei 10.639/2003 de forma a: - utilizar o filme enquanto manifestação artística e, como tal, material propício para despertar reflexão, afinamento das emoções e percepção da complexidade do mundo (CANDIDO, 2011); construir aprendizado sobre a história e cultura africana e afro-brasileira de forma lúdica; refletir sobre as desigualdades construídas sócio-historicamente na formação do Brasil; e contribuir para a construção de uma sociedade antirracista.

O público-alvo do projeto se constituiu de alunos regularmente matriculados nas unidades escolares da Reme de Naviraí-MS, maiores de 14 anos, incluindo alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tratou-se de ação extracurricular não obrigatória, por isso optou-se por propiciar os encontros aos sábados, pela manhã, para possibilitar a participação de cinquenta alunos matriculados tanto nos períodos matutino, vespertino e noturno.

A dinâmica utilizada nos sete encontros quinzenais privilegiou o debate sobre questões étnico-raciais, sobretudo, voltado à valorização da identidade racial negra, da seguinte forma:

a) - início do encontro a partir de fruição e estesia de produtos culturais produzidos por artistas negros, ou que tivessem a questão racial como tema. Assim, foram apreciados e discutidos, contos, pinturas, trechos de diários, músicas e discursos;

b) - mostra de filmes baseados em fatos que demonstram a luta travada por personalidades negras na história da humanidade. As sessões apresentaram os filmes: *Doze anos de escravidão*, que narra a história de Solomon Northup, homem negro livre que, na primeira metade do século XIX, é sequestrado e vendido como escravo; *Raça*, que expõe a trajetória percorrida por Jesse Owens até se tornar campeão nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936; *Homens de honra*, que conta a história de Carl Brashear, primeiro homem negro na marinha do governo estadunidense nos anos 1950; *Histórias Cruzadas*, que retrata a vida de empregadas negras nos Estados Unidos nos anos 1960; *Estrelas além do tempo*, que ilustra o papel de cientistas negras da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) na conquista do primeiro voo tripulado para o espaço; e filmes de personagens históricos mais contemporâneos como *À procura da felicidade*, que explana as dificuldades enfrentadas por Chris Gardner para encontrar espaço no mercado de trabalho sendo homem negro e pobre; e, por fim, *Mãos talentosas*, ilustra a biografia de Ben Carson, neurocirurgião pediátrico, negro, de fama mundial;

c) - debate final mediado por personalidade negra do município e/ou pelo professor coordenador do projeto em que se expunham as impressões e interpretações dos cursistas sobre as obras artísticas trabalhadas em cada encontro.

Os resultados obtidos foram muito valiosos na medida em que, na avaliação do coordenador do projeto, os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que os alunos tiveram acesso a obras artísticas com temática negra desconhecidas por eles até então e que, apesar de, por ventura, constarem no Currículo Prescrito, geralmente não foram objeto de ensino e/ou discussões em sala de aula na Reme.

Para além da compreensão das obras e biografias contempladas no Projeto “*Ciclo de Cinema: dimensões da luta pela igualdade racial*”, durante os debates os alunos puderam refletir, compreender e trocar experiências conjuntamente sobre os lugares sociais que eles mesmo e seus familiares ocuparam e ocupam nas divisões do trabalho, na divisão de renda, dos bairros em que moram, da valorização estética de seus corpos, na participação política nos âmbitos federal, estadual e municipal, entre outros assuntos relacionados ao pertencimento da cultura negra no Brasil e vivência cidadã.

Os alunos constataram ainda a necessidade de valorização de obras artísticas com temática racial, sobretudo brasileira, uma vez que, no caso dos filmes, a maior parte dos exemplares foram produzidos e contam a história de personalidades estadunidenses. Aos brasileiros, ainda é difícil

reconhecer a diversidade étnica na obra fílmica nacional, assim como verem-se representados por personalidades que, desde a formação do país, lutam por igualdade.

No que respeita à segunda ação desenvolvida, intitulada “*Infância, Interculturalidade e Etnomatemática na Educação Infantil: o atendimento à criança indígena*”, projeto de extensão promovido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus Naviraí, com financiamento da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE) em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC), submetido pelo Edital PROECE/FAPEC nº 8, de 2 de março de 2018, o objetivo fora promover ações de intervenção, junto à rede municipal de Educação Infantil, na perspectiva de uma formação continuada que visou contribuir com as necessidades do atendimento à criança indígena inserida nos espaços das instituições com base em práticas curriculares que visem a *Interculturalidade* em um diálogo com a *Etnomatemática*⁵. O público-alvo, professoras de creche/pré-escola e acadêmicos dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e Pedagogia, vivenciaram discussões reflexivas, nas dependências da UFMS, a partir de palestras, seminários e oficinas, com professores pesquisadores das temáticas-chaves do projeto, os quais buscaram debater: **a) infância indígena; b) processos migratórios de comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul; c) Etnomatemática; d) currículo intercultural; e e) reflexões sobre a Língua Guarani.**

A dinâmica das reuniões ocorreu, ao longo do ano de 2018, de forma dialógica, o que permitiu a participação ativa de todos os sujeitos envolvidos. No âmbito geral das sessões, foi oportunizado acesso às possibilidades metodológicas de trabalho com os conteúdos matemáticos na filosofia da formação proposta. A tríade que regeu os pressupostos deste projeto (reflexão-ação-reflexão), encontrou respaldo na necessária formação para a promoção dos direitos essenciais da criança indígena. Sintetizando, a metodologia do curso, envolveu: a) *constituição de ciclos formativos para estudos de referenciais teóricos acerca da temática da Educação Escolar Indígena, Etnomatemática (perspectivas curriculares) e dos modos de viver a infância neste contexto; b) planejamento e implementação de situações didáticas que apresentaram elementos bases para práticas pedagógicas na perspectiva da interculturalidade e da inclusão da criança indígena nas atividades realizadas pelas professoras; e c) avaliação de desenvolvimento das propostas por meio de recursos que foram adotados pelos cursistas*, o que ocorreu em um seminário de práticas docentes, com a conclusão do curso de extensão, momento em que as participantes puderam relatar suas vivências e avaliar a contribuição do projeto para suas práticas pedagógicas.

⁵ Segundo D’Ambrósio (2013. p. 2): “[...] Etno, se refere ao contexto cultural do indivíduo, incluindo a linguagem e comportamentos; matema tem relação com explicar, conhecer; tica tem relação com a arte de técnica. Ficando assim, Etnomatemática: arte ou técnica de ensinar, explicar, conhecer e entender, nos diversos contextos culturais”.

Como resultado final da ação, foi possível percebermos que as professoras e futuros professores empenhados na construção coletiva de práticas interculturais, especificamente articuladas com a Etnomatemática, puderam compreender processos de organização do trabalho pedagógico na perspectiva de atender as especificidades dos modos de ser e viver a infância indígena na escola urbana. Para tanto, por meio das atividades de gerenciamento dos ciclos formativos que foram propostos de março a dezembro de 2018, pretendeu-se romper com a visão colonial da Educação Infantil e do atendimento à criança ao se incluir o respeito às diferenças e o reconhecimento sobre questões legais, estruturais e pedagógicas da Educação Escolar Indígena.

O desenvolvimento das duas atividades aqui destacadas possibilitou-nos, como membros integrantes das propostas, a necessidade de se olhar para o desenvolvimento da aprendizagem autoral dos estudantes, assim temos, como propositura futura, realizar ações de ensino, pesquisa e extensão que visem contribuir para o avanço da discussão da temática em um movimento de reconhecer o protagonismo dos alunos em sua aprendizagem.

4 PISTAS PARA AÇÕES E INVESTIGAÇÕES FUTURAS FRENTE AS EXPERIÊNCIAS DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (FREIRE, 1967, p. 43).

Freire, na década de 60, ao dissertar sobre a educação como prática de liberdade, em uma interface com a discussão da transição da sociedade brasileira, coloca que o homem é ser social que não se exime das relações que estabelece com o outro, uma vez que há pluralidade em sua interação com o mundo. É no jogo das relações que o homem se constitui, interagindo com a cultura, produzindo-a com o passar do tempo, de época em época, aceitando ou refutando as imposições que o tempo em que se vive o apresenta.

Neste contexto, a pluralidade a qual o autor nos coloca, refere-se, na leitura que fazemos, ao conhecimento e reconhecimento do outro (sujeito) como um ser igual, como um ser histórico que tem um papel importante na construção da cultura local, regional e nacional. Não podemos negar que, no caso no Brasil, a cultura popular não é homogênea, ela é oriunda de múltiplos processos e experiências pelos quais o homem brasileiro foi passando ao longo da história, apesar deste ter,

historicamente, tentativas de “apagamento” de sua origem. Ilustra essa afirmativa o fato de não nos reconhecermos, com base na colonização europeia, as bases quilombolas e indígenas das quais fomos originados e que representam papel importante na pluralidade cultural do país.

O atual contexto educacional brasileiro vem passando por inúmeras dificuldades de ordem estrutural, pedagógica, política e social. Dentre tais fatores, o adolescente que encontra-se em situação escolar, nos anos finais do Ensino Fundamental, acaba por ser vítima destes percalços, o que pode levá-los à evasão por não se sentirem incluídos na instituição de ensino. Para além dos princípios estruturadores de uma prática educacional inclusiva, os presentes projetos, surgem na perspectiva de possibilitar espaços de discussão com o estudante negro e/ou indígena que queira falar e ser ouvido a partir de sua linguagem em diálogos com temas emergentes que a escola, muitas vezes, não fornece subsídios suficientes para chegar ao ponto central que estes necessitam debater, justamente pelo fato do próprio currículo ser centrado na cultura europeia e, portanto, nas relações de poder.

Neste contexto, motivados pela experiência de projetos institucionais realizados no ano letivo de 2018, que envolveram a temática étnico-racial: 1) *“Ciclo de cinema: dimensões da luta pela igualdade racial”* sob responsabilidade da Gerência Municipal de Educação e Cultura (GEMED); e 2) *“Infância, Interculturalidade e Etnomatemática na Educação Infantil: o atendimento à criança indígena”*, na modalidade de extensão universitária junto à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS; intencionamos ampliar as ações a partir de uma interlocução das temáticas abordadas e potencializá-las com a implementação de um estudo mais detalhado com recorte para os anos finais do Ensino Fundamental, dadas as potencialidades e limitações de cada proposta.

No caso do primeiro, o público-alvo, como destacado na seção anterior, envolveu estudantes do 7º ao 9º ano e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em sessões de cinema que abordaram biografias de personagens negros na busca por igualdade de direitos ao tentar contribuir para a construção de uma sociedade antirracista. Ao avaliarmos o alcance das intenções iniciais, foi possível observar, dentre os pontos positivos, que os debates foram produtivos no diálogo com profissionais e personalidades da sociedade naviraiense que tiveram a incumbência de assistir previamente os filmes para debater com os estudantes após o fim de cada sessão, dado que gerou a participação efetiva dos sujeitos; houve mudança na forma como os alunos concebiam o conceito de racismo e de sua estrutura na sociedade.

As limitações foram: a) o fato das ações serem previamente planejadas sem a participação efetiva dos estudantes na escolha dos filmes que seriam debatidos; b) o projeto não teve indicadores de avaliação no sentido de perceber o impacto na vida dos sujeitos; c) a falta de investimento financeiro; d) o tempo e o espaço físico em que ocorreu; e) não houve o desenvolvimento autoral dos estudantes para além dos debates.

Sobre o segundo projeto, tivemos como relevância: a) o ineditismo da temática nas discussões regionais na primeira etapa da Educação Básica; b) envolvimento de professores e futuros professores no campo das Ciências Sociais e da Pedagogia, tanto em termos práticos quanto investigativos com trabalhos de conclusão de curso acerca da temática, por exemplo (SANTINO, 2019); c) atendimento de uma demanda local, uma vez que, existem crianças indígenas matriculadas em turmas de creche e de pré-escola. Contudo, em termos avaliativos, houve limitações devido à falta de apoio financeiro para organizar a vinda de professores/pesquisadores referência na temática; limitação da discussão dada a abrangência da temática (havia muito mais alunos indígenas nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental do que na Educação Infantil).

As especificidades dos objetivos de cada projeto foram atingidas de forma satisfatória no âmbito de cada unidade proponente (GEMED e UFMS) e o diálogo das possibilidades vivenciadas com os resultados (positivos e negativos) do desenvolvimento das duas propostas levantam a necessidade de se realizar a ampliação das ações a partir de uma interlocução das temáticas abordadas e potencializá-las com a implementação de um estudo mais detalhado com recorte para os anos finais do Ensino Fundamental.

Com isso, acredita-se que a discussão “de” e “sobre” as relações interculturais em uma roda de tereré, por exemplo, podem contribuir para a autoria do jovem na construção de sua aprendizagem escolar. Por essa razão, intencionamos, futuramente, empreender esforços coletivos para uma investigação, nos moldes da *pesquisa-ação* (THIOLLENT, 2002), a qual se incumbirá de compreender e analisar os impactos da implementação de um projeto educacional que visa estabelecer diálogos interculturais a partir da linguagem de adolescentes sobre temáticas emergentes das relações étnico-raciais na perspectiva transdisciplinar com o foco no desenvolvimento autoral dos alunos público-alvo da ação. Para tanto, os alunos recorrerão a diversos materiais como fonte de reflexão direta (textos impressos ou online, notícias da televisão, do rádio, imagens decorrentes de pinturas, esculturas, culturas de sua raça e etnia representadas na dança, na música, em filmes, entrevistas, dados orais que podem ser coletados em uma entrevista com personalidades, como também outras situações que poderão ser analisadas na perspectiva que considerarem relevante). Objetivamos realizar um estudo sobre conhecimentos, diálogos e perspectivas interculturais no desenvolvimento da autoria de estudantes indígenas e negros, que se intitulará *#PapoRetoTereré*.

Em *#PapoRetoTereré*, teremos como mote para as discussões a constituição, a partir do fomento, de rodas de tereré na escola na perspectiva de romper com a passividade dos alunos. Tais momentos propiciarão aos estudantes oportunidade para expressar suas perspectivas, além disso, poderão escutar ativamente seus pares, ampliando assim seus conhecimentos sobre a comunidade em que vivem. Entendemos que a roda de tereré pode se constituir como ambiente de aprendizagem do

adolescente, tal como os círculos de cultura, defendidos por Freire como espaço de libertação do homem de sua ignorância, marcada por uma existência da cultura dominante.

O tereré ocupa um lugar importante nas práticas culturais de Mato Grosso do Sul. É uma bebida de tradição inerente ao Paraguai, embora fosse tipicamente consumida pelo povo Guarani desde antes do período de colonização dos espanhóis e portugueses nas terras que hoje compreendem o município de Naviraí (MS). Para além de sua origem, atualmente, o tereré se popularizou na região e é amplamente consumida por todos que vivem no Estado a partir das rodas que estimulam conversas sobre assuntos cotidianos.

Ao participar de ações coletivas na roda de tereré, o estudante rompe com barreiras iniciais do preconceito, uma vez que, a “bomba” passa de boca em boca à medida que o diálogo/debate/conversa sobre determinadas temáticas fluem naturalmente na cultura juvenil, razão pela qual a escolha da roda de tereré far-se-á uma opção relevante que demarca um espaço próprio do público-alvo da investigação apresentada.

A questão que se quer responder, com a possibilidade de implementação futura dessa ação, é: *Em que medida o envolvimento de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental (indígenas e negros) na produção de um documentário em série com episódios decorrentes de temáticas emergentes do círculo de cultura da roda de tereré contribui para desenvolver sua autoria e minimizar a evasão escolar ao valorizar suas identidades étnicas?*

Estima-se que, ao promoverem reflexões e ações, em um diálogo intercultural próprio baseado em sua cosmologia, os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, poderão se desenvolver de forma mais autônoma e que o interesse pela escola e pelas disciplinas possa se dar numa perspectiva crítico-emancipatória do sujeito ao reconhecerem-se como indígenas e negros, bem como a contribuição destas culturas para a constituição histórica da sociedade brasileira.

Além disso, a abordagem transdisciplinar prevista pelo projeto de pesquisa pode constituir-se base para a compreensão de conceitos das áreas específicas como, por exemplo, Arte, Biologia, Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática, entre outras, uma vez que, o diálogo teórico e a perspectiva metodológica que orientarão o estudo se sustentam na identificação de questões problematizadoras das relações étnico-raciais e de como a cultura indígena e a cultura afro-brasileira foram sendo incorporadas ou não na esfera do conhecimento científico e escolar, a partir do modelo educacional que constituímos desde a expansão do ensino público brasileiro.

Ainda acrescentamos que dar a possibilidade para que os estudantes possam debater e levantar questões/temas geradores para a gravação do documentário se apresenta como possibilidade de contribuir para a formação multidimensional do ser humano, nos aspectos filosóficos, políticos e estéticos que demarcaram o compromisso social com sua formação educacional para o exercício

pleno da cidadania em que a educação é uma prática libertadora, no sentido de que a participação efetiva no projeto representará um avanço do ponto de vista do conhecimento de mundo. A criação do documentário cria oportunidades para que os estudantes utilizem seus conhecimentos para ler e escrever o mundo. Os estudantes terão oportunidade de leitura de mundo ao utilizarem os conhecimentos que possuem para interpretar a realidade em que vivem e delinear um aspecto específico para o documentário. Terão ainda oportunidades de escrita de mundo ao fazer um documentário que tem um público alvo. Por expressarem por meio do documentário uma mensagem que querem compartilhar.

Outro resultado esperado é que a ação em xeque contribua ainda para promover práticas pedagógicas com viés inclusivo e intercultural com base no trabalho colaborativo com a divulgação do documentário na rede municipal de educação de Naviraí (MS). Em síntese, compreendemos que a articulação do projeto com ações práticas podem fortalecer novas linhas de investigação sobre a temática no Estado de Mato Grosso do Sul.

5 CONCLUSÕES

Ao longo do artigo propusemos uma discussão pautada em reflexões fundamentais ao tempo presente que estamos a vivenciar. Neste escopo, recorreremos à discussão sobre as recentes mudanças no cenário nacional de ordem histórica, social, política, econômica e, conseqüentemente, educacional.

No referencial teórico, como parte do avanço na discussão, foram reunidos argumentos que sustentam metodologicamente as bases filosóficas dos projetos de ensino e extensão implementados na realidade de Naviraí, interior do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) por meio de ações com alunos da Educação Básica e professores em processo de formação inicial e continuada. A aproximação com a temática da educação para as relações étnico-raciais, tomada como ponto analítico das experiências apresentadas em duas ações que implantamos no município, trouxe ao debate teórico presente neste ensaio uma necessidade de fundamentar ações de pesquisa na perspectiva da aprendizagem autoral dos estudantes, como possibilidade de reconhecimento da cultura negra e indígena na construção do conhecimento. Isso, sem dúvida, do lugar que falamos a partir do envolvimento direto com a área de Ciências Humanas, especificamente nas ramificações que referem-se aos campos de cursos de *Administração*, *Ciências Sociais*, *Letras* e *Pedagogia*, fazem do tempo-espaço de nossas bases epistêmicas de formação um ponto de união.

Projetos desenvolvidos neste campo contribuem para o processo de formação dos licenciandos em Pedagogia, isso na medida em que potencializa o reconhecimento dos estudantes (futuros professores) sobre as especificidades das diferentes culturas e suas contribuições para a construção do conhecimento. Este aspecto potencializa que os futuros pedagogos utilizem tais conhecimentos no

desenvolvimento de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade e utilizem os conhecimentos de seus estudantes e de suas comunidades como ponto de partida para a construção do conhecimento que toma lugar na sala de aula.

As Ciências Sociais congregam campos de conhecimento interdisciplinares, voltados para os aspectos sociais das diversas realidades, de forma que as ações apresentadas neste estudo, sinalizam a relevância da educação para as relações étnico-raciais em diferentes perspectivas aos licenciados em Ciências Sociais. O Projeto de Ensino “*Ciclo de cinema: dimensões da luta pela igualdade racial*” possibilita o conhecimento da área além da visão técnica e potencializa nos estudantes a dimensão estética, o olhar para a sensibilidade, a compreensão da subjetividade e valorização do ser humano em suas diferenças. A ação “*Infância, Interculturalidade e Etnomatemática na Educação Infantil: o atendimento à criança indígena*” oportunizou a extensão da reflexão das diferentes teorias sociológicas que perpassam o desenvolvimento da proposta. Importante destacar a contribuição dos projetos para os estudantes do curso de Ciências Sociais por meio da oferta de novas estratégias teórico-metodológicas aliadas aos ideais de inclusão, equidade e formação para a promoção dos Direitos Humanos.

Inspirados por uma perspectiva freireana, ambos os projetos destacados neste ensaio, consubstanciaram-se como prática de liberdade. Com efeito, tanto a roda de tereré – prática cultural marcante no Estado e no município de Naviraí – quanto a estesia de manifestações artísticas e ainda a formação de professores da zona urbana sobre interculturalidade abrem possibilidades para construção de discursos distintos do monoculturalismo. A seleção dos temas abordados nos projetos, fomentados pela Arte e pela Cultura, ao que tudo indica, contribuíram para a formação humana dos envolvidos nas ações, sejam professores, estudantes de licenciatura, sejam alunos da Educação Básica – cursistas ou proponentes –, sobretudo porque inseridos em um contexto que é multicultural, mas que ainda é deveras influenciado pela lógica da colonização e que, muito raramente, valoriza outras fontes que não a europeia.

REFERÊNCIAS

12 anos de escravidão. Produção de Steven Rodney McQueen. Elenco: Chiwetel Ejiofor, Michael Fassbender, Benedict Cumberbatch. EUA: Disney/Buena Vista, 2013. 1 DVD. (133 min.), son., color. Classificação 14 anos. Visualizado dia: 11 ago. 2018.

À procura da felicidade. Produção de Gabriele Muccino. Elenco: Will Smith, Thandie Newton, Jaden Smith. EUA: Columbia Pictures do Brasil. 2006. 1 DVD. (118 min), son., color. Classificação 12 anos. Visualizado dia: 20 out. 2018.

BENNETT, M. J. Intercultural communication: A current perspective. In: BENNETT, M. J. (Ed.). **Basic concepts of intercultural communication: selected readings**. Yarmouth, ME: Intercultural Press. 1998. pp. 01-20. Disponível em: http://www.mairstudents.info/intercultural_communication.pdf. Acesso em: 09, mar. 2020.

BERTAGNA, R. H.; OLIVEIRA, S. B. de; MIRANDA, A. C. Por uma compreensão do conceito de formação humana para a construção da qualidade social da educação. In: **Anais do EdUECE “Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade”** – Livro 3. p. 03369-03380. Disponível em:

<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/394%20POR%20UMA%20COMPREENS%C3%83O%20DO%20CONCEITO%20DE%20FORMA%C3%87%C3%83O%20HUMANA%20PARA%20A%20CONSTRU%C3%87%C3%83O%20DA%20QUALIDADE%20SOCIAL%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 13, maio 2020.

BONICCI, T. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial**. Maringá-PR: EdUem, 2005.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil (Subchefia para Assuntos Jurídicos). **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em: 30, out. 2019.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil (Subchefia para Assuntos Jurídicos). **Lei Nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 15, jan. 2020.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/navirai/panorama>. Acesso em: 13, mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil (Subchefia para Assuntos Jurídicos). **Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso: 15, jan. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil (Subchefia para Assuntos Jurídicos). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30, out. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf. Acesso em: 13, mar. 2020.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). **Portaria Nº 1.122, de 19 de Março de 2020**. Dispõe sobre projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>. Acesso em: 13, abr. 2020.

CANAU, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a15.pdf>. Acesso em: 12, mar. 2020.

CANDIDO, A. **O direito à literatura e Outros ensaios**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 9, dez. 2012.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**. Elo entre as tradições e a modernidade. 5ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DANTAS, C. V; MATTOS, H; ABREU, M. **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DEMO, P. **Educação hoje: "novas" tecnologias, pressões e oportunidades**. São Paulo: Atlas, 2009.

DEMO, P. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

DUBAR, C. **A socialização: construções das identidades sociais e profissionais**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

ESTRELAS além do tempo. Produção de Theodore Melfi. Elenco: Taraji Penda Henson, Octavia Spencer, Janelle Monáe. EUA: Fox Film do Brasil. 2016. 1 DVD. (127 min), son., color. Classificação livre. Visualizado dia: 22 set. 2018.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FELINTO, R. **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais**. Belo Horizonte: FT, 2012.

FORQUIN, J-C. As abordagens sociológicas do currículo: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 21, n. 1, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71652/40642>. Acesso em: 15, abr. 2020.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMES, N. L. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, p. 98-109, 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf>. Acesso em: 2, nov. 2019.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. El colonialismo interno. In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)**, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130909101259/colonia.pdf>. Acesso em: 03, fev. 2020.

GRUPIONI, L. D. B. Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a Educação Escolar Indígena. In: GRUPIONI, L. D. B.; SECCHI, D.; GUARANI, V. **Legislação Escolar Indígena (painel 5)**. S/D. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>. Acesso em: 09, fev. 2020.

GUTIERREZ, J. P.; URQUIZA, A. H. A. Processos de escolarização de crianças e adolescentes Kaiowá e Guarani em situação de acampamento na aldeia Laranjeira Nãnderu: perspectiva dos Estudos Culturais. **Textura**. Canoas n.27 p.33-51 jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/949/729>. Acesso em: 13, mar. 2020.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 2, n° 22, p. 16-46. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 20, out. 2019.

HISTÓRIAS cruzadas. Produção de Tate Taylor. Elenco: Emma Stone, Jessica Chastain, Viola Davis. EUA, Índia, Emirados Árabes Unidos: Disney/Buena Vista. 2011. 1 DVD. (146 min), son., color. Classificação 12 anos. Visualizado dia: 25 ago. 2018.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMENS de honra. Produção de George Tillman Jr. Elenco: Robert De Niro, Cuba Gooding Jr., Charlize Theron. EUA: Fox Film do Brasil. 2000. 1 DVD. (128 min), son., color. Classificação 12 anos. Visualizado dia: 08 set. 2018.

LADSON-BILLINGS. **The dreamkeepers**: successful teachers of African American Children. São Francisco: Jossey-Bass. 1994.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MÃOS talentosas: a história de Ben Carson. Produção de Thomas Carter. Elenco: Cuba Gooding Jr., Kimberly Elise, Aunjanue Ellis. EUA: Sony Pictures Television. 2009.1 DVD. (86 min), son., color. Classificação livre. Visualizado dia: 27 out. 2018.

MATTOS, R. A. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NASCIMENTO, A. C.; VIERIRA, C. M. N. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. **Cordis. História**: Cidade, Esporte e Lazer, São Paulo, n. 14, p. 118-136, jan./jun. 2015. ISSN 2176-4174. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/viewFile/26141/18771>. Acesso em: 13, mar. 2020.

NASCIMENTO, A. C.; VINHA, M. Educação escolar indígena e o sistema nacional de educação. In: Anais da Associação Nacional de Política e da Administração da Educação – **ANPAE, 2007**. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/01.pdf. Acesso em: 12, mar. 2020.

OLIVEIRA, B. C. de; OLIVEIRA, R. M. H. B. de. Aprendizagem por meio da autoria. **Diálogos Educ. R.**, Campo Grande, MS, v. 2, n. 1, p. 51-58, maio 2011 – ISSN: 2179-9989. Disponível em: <http://dialogoseducacionais.semed.capital.ms.gov.br/index.php/dialogos/article/view/14/35>. Acesso em: 09, dez. 2019.

RAÇA. Produção de Stephen Hopkins. Elenco: Stephan James, Jason Sudeikis, Eli Goree. Canadá, Alemanha: Diamond Films. 2016. 1 DVD. (123 min), son., color. Classificação 14 anos. Visualizado dia: 06 out. 2018.

ROSEMBERG, F. Raça e Educação inicial. **Cadernos de pesquisa**. N° 77, 1991. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1039/1047>. Acesso em: 2, nov. 2019.

SANTINO, F. S. **Interculturalidade e Etnomatemática na Educação Infantil urbana: o atendimento à criança indígena**. 2019. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, *Campus Naviraí*. Naviraí – MS. 2019.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos**. - **CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004. Acesso em: 02, dez. 2019.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, G. H. G. da. **Equidade no acesso e permanência no Ensino Superior: o papel da Educação Matemática frente às políticas de ações afirmativas para grupos sub-representados**. 2016. 359f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas-Rio Claro, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/14459>. Acesso em: 09, mar. 2020.

SOUZA, E. P. **Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003**. 2. ed. Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, I. R. C. S. de. **“Ainda não sei ler e escrever”**: um estudo sobre o processo de leitura e escrita nas escolas indígenas de Dourados, MS. 2014. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/665>. Acesso em: 25, out. 2019.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2002.

ZANDONA, E. P. Desigualdades raciais na trajetória escolar de alunos negros do ensino médio. In: **31ª Reunião Anual da Anped**, 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/desigualdades-raciais-na-trajetoria-escolar-de-alunos-negros-do-ensino-medio>. Acesso em: 30, nov. 2019.